

A “FILA DOS OSSINHOS” NA CAPITAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O RETRATO DA FOME QUE CRESCE NUM CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE RIQUEZA ABUNDANTE

Cristiane Arielly Crispim Martins¹

Resumo: Propôs-se um pensar crítico acerca daquela que se revela a mais cruel contradição no Brasil: a fome que cresce num contexto de produção de riqueza abundante, onde o alimento, que deveria ser tomado como bem público, perdeu a sua função mais básica de alimentar e nutrir para ser transformado em mercadoria, atendendo aos interesses de uma agenda capitalista neoliberal baseada no latifúndio e na monocultura de commodities. Tomando como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, concluiu-se que, diante do avanço dos processos antidemocráticos que destroem as políticas sociais e do avanço agressivo do capital, faz-se urgente uma ruptura com o atual modelo de produção e à sua estrutura geradora de fome e miséria, na perspectiva de uma nova forma de sociabilidade, com sistemas agroalimentares socialmente justos, soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Direito à alimentação. Fome. Pobreza.

¹ Nutricionista (UFMT, 2017/1). Especialista em Nutrição Clínica (UFMT, 2017-2019). Mestranda do PPG em Política Social - linha de pesquisa Política Social e Direitos Sociais. (ICHS, UFMT, 2021 - 2023). Servidora Pública Federal - Carreira Técnico-Administrativo em Educação - Nutricionista lotada no Restaurante Universitário (RU) – UFMT. Atualmente Supervisora do RU.

E-mail: arielly_cacm@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4378764591077815>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2488-9759>

THE "BONES´S ROW" IN THE CAPITAL OF BRAZILIAN AGRIBUSINESS THE PORTRAIT OF HUNGER THAT GROWS IN A CONTEXT OF PRODUCTION OF ABUNDANT WEALTH

Abstract: A critical thinking was proposed about what is revealed the cruelest contradiction in Brazil: the hunger that grows in a context of production of abundant wealth, where food, which should be taken as a public property, has lost its most basic function of feeding and nurture to be transformed into a commodity, serving the interests of a neoliberal capitalist agenda based on large estates and commodity monoculture. Taking dialectical historical materialism as a theoretical-methodological basis, it was concluded that, in the face of the advance of anti-democratic processes that destroy social policies and the aggressive advance of capital, a rupture with the current model of production and its structure generating hunger and misery, in the perspective of a new form of sociability, with socially fair agri-food systems, food sovereignty and food and nutritional security.

Keywords: Right to food. Hungry. Poverty.

Introdução

Tomando a alimentação como um direito social, o alimento deveria ser compreendido como um bem público. Mas, ele foi transformado em mercadoria pelo processo geral de acumulação e realização do lucro, característico do modelo econômico capitalista da sociedade burguesa, servindo aos interesses de uma pequena classe dominante em detrimento do sofrimento, adoecimento e a morte de milhares de pessoas.

No Brasil, a fome, desde Josué de Castro na década de 1940, foi desvelada não como um fenômeno natural, ou como a produção insuficiente de alimentos, como acreditava Malthus, mas como um fenômeno social, derivado de um modelo econômico iníquo e ex-

cludente de acesso à terra e acesso à renda e como tal, promotor de desigualdades sociais.

Adotando como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, por ser capaz de buscar a essência do fenômeno para além de sua aparência, o presente artigo tem como objeto de estudo esta que parece ser a mais cruel e desumana contradição produzida pelo capitalismo: a fome que cresce num contexto de produção de riqueza e de alimentos em abundância, e nesse sentido, tem como objetivo refletir sobre o tema. Dadas as circunstâncias da atual conjuntura, serão observados também os impactos da pandemia Covid-19 no processo de expansão das desigualdades sociais e aumento do número de flagelados pela fome no Brasil.

O que se supõe é que o modelo de produção capitalista possui elementos estruturais geradores das desigualdades sociais e, portanto, promotores da fome e da miséria. Seguindo por esse caminho, o presente artigo adota como fio condutor a observação dos rastros deixados por esse modelo econômico e o papel das políticas sociais que surgem na tentativa de reduzir os seus estragos.

Como exemplo, expõe o que ficou conhecido como a “fila dos ossinhos” em Cuiabá, retrato vivo do drama da fome na pandemia, em contraposição ao crescimento econômico e de produção de gêneros alimentícios no estado de Mato Grosso.

Uma breve perspectiva da história recente do combate à fome no Brasil

Desde o primeiro mandato do presidente Lula em 2003 até o fim do governo de sua sucessora, Dilma Rousseff, o enfrentamento

à fome e à miséria foi adotado como prioridade de governo, que na época tinha cerca de 14,9 milhões de pessoas passando fome (IBGE, 2014, p. 35). Diversos setores foram mobilizados para fazer uma articulação visando o acesso físico e econômico a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente e um arcabouço jurídico foi estabelecido viabilizando a ação do Estado neste combate. (ARANHA et al., 2010, p. 82)

Como importantes marcos, tem-se a reinstituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2003, a consolidação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, em 2006 e a instituição do marco regulatório do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, que incluiu a alimentação no rol de direitos sociais. Sobre esses avanços, Carvalho (2002, p. 10) diz que os direitos sociais têm a capacidade de minimizar o impacto das desigualdades fruto do capitalismo, garantindo mínimas condições de bem-estar para todos, tendo como base a promoção da justiça social.

Em 2014 o Brasil foi retirado do Mapa da Fome das Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Como medidas que contribuíram para esse resultado, a própria FAO destaca:

[...] políticas de segurança alimentar e nutricional como a transferência condicional de renda tendo como exemplos o programa Bolsa Família e o benefício da prestação continuada. Também é importante destacar o apoio à agricultura familiar com ações que visam facilitar o acesso ao crédito, prestar assistência técnica e proporcionar maior segurança aos agricultores familiares. FAO (2014, on-line)

Contudo, a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff uma série de medidas promoveram o enfraquecimento dessas políticas de combate à fome. A partir de 2015, devido à uma forte recessão e aumento das taxas de desemprego no Brasil, por efeito de uma crise econômica global, o governo teve que cortar verba de vários programas e políticas sociais. Isso resultou em uma crise financeira e política, que culminou no golpe jurídico-parlamentar levando ao Impeachment da, então, presidente em agosto de 2016, colocando seu vice, Michel Temer, na liderança do governo. A partir daí o que se percebeu foi um movimento de inflexão na agenda das políticas sociais, com rupturas institucionais e programáticas (VASCONCELOS et al., 2019, p. 8), que tiveram continuidade no governo sucessor de Jair Bolsonaro a partir 2019.

Boito Jr. (2020, p. 36) avalia que apesar dos Governos Lula e Dilma, de caráter neodesenvolvimentista, terem materializado direitos por meio de políticas sociais, isso não retirou do Estado sua natureza capitalista. O autor coloca que esses governos trataram apenas de mitigar os efeitos negativos do modelo capitalista neoliberal, fundamentado no Estado mínimo, com privilégio do capital privado, abertura comercial desindustrializante, internacionalização da economia nacional e dominação do capital financeiro. Nesse sentido, Boschetti (2017, p. 4) afirma que o Estado Social Capitalista até pode assegurar alguma forma de cidadania, ainda que seja a cidadania burguesa. Contudo, alerta que “os direitos e as políticas sociais são alvo direto da crise, não porque sua existência seja uma ameaça ao capitalismo, mas porque sua extinção ou redução contribui para ampliar os processos de mercantilização”.

A partir do Governo Temer, cuja posse, segundo Boito Jr (2020, p. 35), “representa a vitória do grande capital internacional

e da fração da burguesia brasileira”, dá-se início uma série de medidas com caráter supressor de políticas sociais, como a aprovação do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, que congelou o orçamento do Poder Executivo até 2036, o que, conforme Boschetti (2017, p. 4), “implicará em drástica redução dos direitos e serviços públicos”. Ocorreu também a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que era responsável por uma série de políticas de apoio a pequenos agricultores e de garantia do direito de alimentação.

Já no novo governo, em seu primeiro encontro com a imprensa estrangeira em julho de 2019, ao ser questionado pelo EL PAÍS sobre o aumento da pobreza e da desnutrição no Brasil, o então eleito Presidente Jair Bolsonaro emitiu a seguinte declaração: “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não”. O Presidente também destilou críticas aos programas de transferências de renda, como o Bolsa Família: “Somos o país das bolsas!” (JIMÉNEZ, 2019, on-line), revelando sua postura negacionista em relação à insegurança alimentar e às políticas sociais para combate à fome.

A partir daí, ocorreu a extinção do Consea, configurando-se rompimento do espaço oficial de participação e controle social nas políticas de SAN e de diálogo entre sociedade e governo. Destacaram-se também a extinção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o fechamento de 27 armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento, a substituição do Programa Bolsa Família, pelo Programa Auxílio Brasil, deixando, segundo Tereza Campello (2021), ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

do governo Dilma, uma série de incertezas quanto o valor do benefício, o público a ser destinado e os critérios para sua concessão.

Boito Jr (2020, p. 116) entende que o governo Bolsonaro “prioriza os interesses do grande capital internacional, principalmente o estadunidense, e dos segmentos da burguesia brasileira a ele associados”. Segundo Boschetti (2017), quando se adota uma política de redução do fundo público que era usada para realização de direitos e políticas sociais, esse recurso é redirecionado para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, transformando bens e serviços públicos em mercadoria, privilegiando o desenvolvimento de novos nichos de acumulação do capital. E é sob essa perspectiva que a autora entende que as “políticas sociais, de modo geral, participam diretamente na reprodução ampliada do capital”.

Apesar disso, Carvalho (2002, p. 10) entende que as políticas sociais:

[...] permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social.

Nesse ponto, sugere-se refletir sob pelo menos dois tipos de posturas frente ao mesmo problema e sobre os resultados obtidos a partir de cada ação ou não ação. Se por um lado, a partir de 2003 o Brasil iniciou um processo de reversão de um ciclo histórico de injustiça social, configurado pela exclusão dos mais pobres e pela concentração de privilégio dos mais ricos (CAMPELLO et al., 2017, p. 11), refletindo em avanços históricos nas políticas de SAN, sendo exemplo para o mundo, por outro lado, a mudança de governo, com uma postura marcadamente neoliberal, trouxe retrocessos nessa área, com rebatimentos sociais nefastos por ocasião da pandemia.

Em que pese a instituição de marcos estruturantes e das grandes conquistas sociais em resultados práticos no combate à fome, ela de fato não foi erradicada. O que se percebe é que as medidas adotadas não foram robustas o suficiente para superar o estado burguês, permitindo que o espectro da fome voltasse a assombrar o país. Entre 2017 e 2018, o número de famintos voltou a subir, alcançando 10,3 milhões (AGÊNCIA IBGE, 2020, on-line), superando o quantitativo de 2014 (7,2 milhões) (IBGE, 2014, p. 33), quando o Brasil saiu do Mapa da Fome na ONU. Agravada pela crise sanitária induzida pela pandemia Covid-19, em 2020 esse contingente superou os 19 milhões de pessoas em situação de fome, extrapolando os números de 2004 (REDE PENSSAN, 2021, p. 35-36)

Um Brasil para poucos

Dentro desse mesmo Brasil, de um outro lado oposto e cumprindo a agenda econômica capitalista neoliberal, setores bem específicos da economia comemoram extraordinários índices de crescimento. Segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) vinculada ao Ministério da Economia, até a quarta semana de outubro de 2021, a balança comercial brasileira alcançou um superávit de US\$ 58,37 bilhões no acumulado do ano, representando um aumento de 32,3% se comparado com o mesmo período do ano anterior. O volume de exportações atingiu a ordem de US\$ 230,62 bilhões refletindo um aumento de 36,6% também em relação ao mesmo período do ano anterior. (GOV.BR, 2021, on-line).

A crise econômica gerada a partir de 2020 pelo Novo Coronavírus parece não ter afetado o agronegócio e a pecuária brasileira.

Dados do Instituto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que desenvolve estudos e pesquisas na área social e no agronegócio, apontam que até outubro de 2021 a exportação de produtos do agronegócio já soma US\$ 102,4 bilhões, superando o total do ano inteiro de 2020. Na lista dos principais produtos do agronegócio exportados, a soja em grãos aparece em primeiro lugar (US\$ 1,7 bilhão), representando uma variação positiva de 94,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Chama atenção também a variação de 61,9% (US\$ 670 milhões) no valor acumulado da exportação da carne de frango in natura. (CNA, 2021, p. 1 e 3)

O relatório intitulado O agro no Brasil e no Mundo: uma síntese do período de 2000 a 2020, produzido por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, mostrou que o Brasil é responsável por 7,8% da produção mundial de grãos, ocupando quarto lugar, com destaque para o arroz, a cevada, a soja, o milho e o trigo, ficando atrás apenas da China, Estados Unidos e Índia. No ano de 2020, por exemplo, dos 239 milhões de toneladas de grãos produzidos, 123 milhões foram exportados. Com esses números, o Brasil alcançou o patamar de segundo maior exportador do mundo, com 19% do mercado internacional. (EMBRAPA, 2021, p. 5-6)

A pesquisa também traz destaque para o rebanho bovino brasileiro, que, em 2020, foi o maior do mundo (14,3%) com 217 milhões de cabeças e nesse sentido, também alcançou o título de maior exportador de carnes do planeta, com 2,2 milhões de toneladas e 14,4% do mercado internacional. (EMBRAPA, 2021, p. 29)

Os números trazidos pelo relatório da EMBRAPA são realmente incríveis do ponto de vista econômico e apontam para recordes, em tese, otimistas: quarto maior rebanho de galináceos do mundo,

terceiro maior produtor de carne suína e de frutas do mundo, maior produtor de café e açúcar! Um leitor desavisado facilmente compra a ideia de um Brasil de ordem e progresso, próspero economicamente.

A questão que fica é: próspero para quem? Dados da ONU indicam que o Brasil tem a segunda maior concentração de renda entre mais de 180 países. Em 2019, 1% da população mais rica já possuía 28,3% da renda do país, quase um terço do total. (AGÊNCIA SENADO, 2021, on-line)

Uma pesquisa da OXFAM publicada em julho de 2020 denunciou que, apenas nos primeiros 4 meses de pandemia, os 42 bilionários brasileiros aumentaram sua fortuna em cerca de 177 bilhões de reais (OXFAM, 2020, on-line).

Como imaginar que num país com tamanha produção de alimentos e riquezas, mais da metade da população (55,2%) sofra de insegurança alimentar em pleno 2020? (REDE PENSSAN, 2021, p. 9)

A “fila dos ossinhos” na capital do agronegócio brasileiro

Conhecido como o celeiro do país, o estado de Mato Grosso bate recordes na produção de soja, milho, algodão e de rebanho bovino. Mato Grosso é o maior produtor nacional de soja, somando 35,1 milhões de toneladas (28,8% do total) em 2020, superando em 8,8% a safra de 2019. Com 16,8%, o estado também detém a maior participação na produção de grãos do país.

Quando se fala em criação de gado, de acordo com o IBGE (2020^a, on-line), ao final do primeiro ano de pandemia, Mato Grosso detinha o maior rebanho bovino do país, com 32,7 milhões de cabeças de gado e um crescimento de 2,3% em comparação com 2019. A

população estimada do estado é pouco mais de 3,5 milhões. Assim, pode-se dizer que Mato Grosso tem, então, cerca de 10 vezes mais cabeças de gado do que pessoas.

Contraditoriamente ao que comemoram os grandes empresários do agronegócio e da pecuária mato-grossense, um fenômeno de grandeza inversamente proporcional ganha destaque nacionalmente. Conhecida como a capital do agronegócio, a capital de Mato Grosso, Cuiabá, foi cenário de imagens dramáticas de abandono, violação de direitos e negação de cidadania. Em 25 de julho de 2021, uma reportagem jornalística transmitida pelo programa de televisão Fantástico da Rede Globo denunciou para o Brasil a fome e a extrema pobreza a que estavam expostos cidadãos cuiabanos. A reportagem tratava da “fila dos ossinhos”, se referindo a um aglomerado de pessoas pobres e famintas que se enfileiravam na porta dos fundos de um açougue para receber em doação pedaços de ossos com retalhos de carne, gordura e cartilagem. A dona do açougue, que já praticava essa ação há 10 anos, viu esse contingente de pessoas triplicar por causa da crise provocada pela pandemia. (FANTÁSTICO, 2021, on-line)

As cenas lamentáveis repercutiram em todo o país. Diversos meios de comunicação voltaram os olhos para a “fila dos ossinhos” em Cuiabá, que virou o retrato da miséria e da fome durante a pandemia. Em matéria publicada no portal de notícias G1, de acordo com o último levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (Setasc), até abril de 2021, 139.207 famílias se encontravam em situação de extrema pobreza em todo Mato Grosso. Dessas, 18.385 mil famílias, residiam em Cuiabá. Outras 14.241 famílias cuiabanas estavam em situação de pobreza. A matéria também chama atenção para um contingente de 92.283

famílias em situação de vulnerabilidade social, “cadastradas no CadÚnico para receber benefícios de programas sociais, habitacionais e auxílios temporários e contínuos concedidos pelo governo”. (G1, 2021, on-line)

O tabu que mantinha a fome silenciada não conseguiu suportar o peso da realidade escrachada e os números espantosos produzidos pela pandemia Covid-19 no Brasil e trouxe à tona a grande contradição produzida pelo sistema capitalista no seio da capital do agronegócio: como pensar que o estado com a maior produção de carne e grãos possa manter ao mesmo tempo seus cidadãos em tamanha situação de humilhação e descaso?

A fome que cresce num contexto de produção de riqueza

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento distingue a pobreza em duas formas: pobreza geral e pobreza extrema. A pobreza geral, muitas vezes denominada pobreza relativa, está ligada a falta de recursos econômicos que impedem a realização de necessidades essenciais, como alimentação, vestuário, moradia, entre outros. Já a pobreza extrema é quando a privação de recursos é tamanha a ponto de inviabilizar o acesso à necessidade básica de alimentação. A esse tipo de pobreza, também se dá o nome de pobreza absoluta ou indigência. (PNUD, 2000, p. 20)

Jean Ziegler (2013, p. 37-38) traz dois conceitos de fome:

A fome estrutural é própria das estruturas de produção insuficientemente desenvolvidas dos países do Sul. Ela é permanente, pouco espetacular e se reproduz biologicamente: a cada ano, milhões de mães subalimentadas dão à luz milhões de crianças deficientes. A fome estrutural significa destruição psíquica e física, aniquilação da dignidade, sofrimento sem fim.

A fome conjuntural, em troca, é altamente visível. Irrompe periodicamente nas telas da televisão. Ela se reproduz quando, repentinamente, uma catástrofe natural – gafanhotos, seca ou inundações assolam uma região – ou uma guerra destrói o tecido social, arruína a economia, empurra centenas de milhares de vítimas aos acompanhamentos de pessoas deslocadas do país ou de refugiados para além-fronteiras [...] (ZIEGLER, 2013, p. 37-38)

Percebe-se como os conceitos de pobreza se entrelaçam aos conceitos de fome, ou privação de alimentos, e como essas questões estão intrinsicamente relacionadas ao modelo econômico de produção capitalista, que, na busca incessante pelo acúmulo de capital, gera tamanha desigualdade e destruição pelo mundo.

O enxugamento das políticas sociais em alimentação e nutrição a partir do golpe de 2016, marcado pela instituição de governos neoliberais, tendo como resultado em 2021 o aprofundamento da insegurança alimentar e da fome, agravado pelo contexto pandêmico, traz a marca de pelo menos três elementos descritos por Boschetti e Behring (2011, p. 61 e 62) a respeito do liberalismo: naturalização da miséria, predomínio da lei da necessidade e manutenção de um Estado mínimo. O primeiro aponta para a miséria como um fenômeno insolúvel ou inevitável, relacionado à moral humana. O segundo faz uma referência à Thomas Malthus, entendendo que a necessidade básica da alimentação, por exemplo, não deve ser plenamente satisfeita, já que esse seria um mecanismo natural para controle populacional. E por fim, o Estado mínimo, que tem a ver com a defesa da neutralidade do Estado nas relações sociais, devendo prevalecer a liberdade individual, a propriedade privada e o livre mercado.

É importante considerar que nas sociedades que adotam políticas liberais existe a crença de que os indivíduos são responsáveis por suas escolhas sem considerar que a sociedade, em sua organi-

zação, põe um limite para isso, que é determinado, de forma mais imediata, pela renda e pela classe social. Assim como concluiu Marx (2011, p.25) “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

A premissa do Estado mínimo limita a responsabilidade do Estado, produzindo uma espécie de consciência coletiva de naturalização da miséria. Nessa limitação da atuação do Estado na proteção social e na garantia de direitos, inclusive o direito à alimentação, o princípio da universalidade, de conotação pública, cidadã e igualitária, é desfigurado, desconstruído e enviesado para concepções que indicam para a segmentação de políticas sociais com caráter seletivo e focalizado, imediatista e de resultados rápidos, sem tratar de sua estrutura geradora, se restringindo a acontecimentos localizados e isolados, sem a devida compreensão da totalidade do fenômeno. Desse modo, os sujeitos mais vulneráveis ficam expostos à políticas e programas sociais que incluem, ao mesmo tempo que excluem, já que possuem implicações constrangedoras e vexatórias, a exemplo da comprovação compulsória de pobreza, ou ainda requisitos condicionantes ou de contrapartida, como se aquelas benfeitorias não fossem de fato direito do cidadão. (PEREIRA-PEREIRA e STEIN, 2010, p. 107-117)

Sobre os riscos dessa troca de políticas sociais universais por focalizadas, Pereira-Pereira e Stein (2010, p. 117) destacam o fato de que elas atuam como cadeia de dependência, porque não libertam os pobres da condição de privação e porque aumentam a pobreza ao deixarem determinados grupos sociais não focalizados

desamparados, revelando um círculo vicioso que favorece a acumulação de riquezas pelos ricos e o aprofundamento da pobreza entre os pobres e explica o porquê o país cada vez mais se destaca no campo da produção de alimentos no mundo e por outro lado, tem mais da metade da população sem saber se vai comer na próxima refeição.

Considerações Finais

Diante do avanço dos processos antidemocráticos que enfraquecem e destroem as conquistas no campo das políticas sociais em alimentação e nutrição e diante do avanço agressivo do capital nessa nova etapa do ciclo de acumulação capitalista com hegemonia do capital financeiro e comoditização do alimento, colocando em cheque a noção e o princípio da soberania alimentar, torna-se urgente o pensar caminhos de resistência, nos quais a trincheira de luta deve estar forjada em estratégias de enfrentamento coletivo ao atual modelo de produção e consumo de alimentos e à sua estrutura geradora de fome e miséria de forma a garantir a segurança alimentar e nutricional para todos, onde a possibilidade de ter três refeições diárias não deve ser vista como benesse do Governo, mas como garantia de cidadania, na satisfação desse direito humano mais fundamental que é a alimentação.

Sob essa perspectiva, o que se pretendeu, de maneira modesta e tentando trazer um exemplo da realidade local, foi refletir sobre o aumento da fome em grandezas que superam os números de pelo menos 20 anos atrás, nessas cenas lamentáveis que se tornaram corriqueiras e naturalizadas durante a pandemia, revelando e denun-

ciando o retrocesso, a violação de direitos e a negação de cidadania a milhões de trabalhadores e trabalhadoras ao mesmo tempo que um pequeno grupo burguês vem se beneficiando com agenda neoliberal capitalista que avança desenfreadamente passando por cima das pessoas e do meio ambiente.

Por fim, sugere-se o pensar e o lutar por um modelo societário capaz de promover sistemas agroalimentares socialmente justos, capazes de garantir soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional aos povos. Modelo este que se entende ser possível a partir de rupturas estruturais do ponto de vista econômico, político, social e cultural e a liquidação das relações de produção burguesa rumando para a emancipação humano-social.

Como diz José Graziano da Silva, ex-ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome e responsável pela implementação do Programa Fome Zero, “o único número aceitável para fome é zero”.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em: 15 set. 2021.

ARANHA, Adriana Veiga et al. **Fome Zero: Uma História Brasileira.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Zero, v. 1, 2010.

BEHRING, Elaine R. & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. *Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação?* Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017. De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917). Mesa Coordenada 44. **Expropriação e supressão de direitos no capitalismo contemporâneo: um debate necessário.** Niterói: NIEP-Marx, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/anais2017.htm>. Acesso em: 30 set. 2021.

BOITO JR, Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira.** In: Coleção Párias Ideias: CAMELÔ, Antônio; GOUVEIA, Virgínio (org) . Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020

CAMPELLO, Tereza. **Essência do Auxílio Brasil é de que pobre é preguiçoso, diz ex-ministra.** Entrevista concedida ao portal UOL Economia em 25/10/2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/25/auxilio-brasil-pobre-tereza-campello-bolsa-familia-auxilio-emergencial.htm>. Acesso em: 20 nov. 2021

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Balança comercial do agronegócio brasileiro. Outubro de 2021.** Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/boletins/Balanca-Comercial_outubro2021.pdf. Acesso em: 23 nov.2021

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **O agro no Brasil e no Mundo: uma síntese do período de 2000 a 2020.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf/41e20155-5cd9-f4ad-7119-945e147396cb>. Acesso em: 23 nov. 2021

FANTÁSTICO. Fila para conseguir doação de ossos em Cuiabá. Matéria publicada em 25 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0cUMUVQHZ2U>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FAO. Brasil em resumo. Matéria publicada no site da FAO Brasil sem data. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>. Acesso em: 30 nov.2021.

G1. MT tem quase 140 mil famílias vivendo com renda mensal abaixo de R\$ 151. Matéria publicada em 21/07/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/21/mt-tem-quase-140-mil-familias-vivendo-com-renda-mensal-abaixo-de-r-151.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2021

GOV.BR. Superávit da balança comercial chega a US\$ 58,37 bilhões no ano, com alta de 32,3%. Matéria publica em 25/10/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/10/superavit-da-balanca-comercial-chega-a-us-58-37-bilhoes-no-ano-com-alta-de-32-3>. Acesso em: 22 nov. 2021

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios. Segurança Alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. Agência de Notícias. PPM 2020: rebanho bovino cresce 1,5% e chega a 218,2 milhões de cabeças. IBGE, 2020a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31722-ppm-2020-rebanho-bovino-cresce-1-5-e-chega-a-218-2-milhoes-de-cabecas>. Acesso em: 14 nov. 2021.

IBGE. Agência de Notícias. Município de Sorriso, no Mato Grosso, lidera valor de produção em 2020. IBGE, 2020b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-a>

gencia-de-noticias/noticias/31674-municipio-de-sorriso-no-mato-grosso-lidera-valor-de-producao-em-2020. Acesso em: 14 nov. 2021

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OXFAM. **QUEM PAGA A CONTA? Taxar a riqueza para enfrentar a crise da Covid-19 na América Latina e Caribe**. Julho 2020. Disponível em: https://cspb.org.br/UserFiles/files/Oxfam_Quem_Paga_a_Conta.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A.; STEIN, Rosa. **Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre América Latina**. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T.. (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

REDE PENSSAN. Rede brasileira de pesquisa em soberania alimentar. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes et al. **Políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil: de Lula a Temer**. *Revista de Nutrição*, v. 32, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/x5nRd9jQX8dZPmg8JqwrXBD/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 30 set. 2021.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa. Geopolítica da Fome**. São Paulo: Cortez, 2013. 335p.